
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Brasileiro de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Renato Henrique Caspary', is written over a large, light-colored circular scribble.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. E em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023, os Ativos totais da Companhia somaram R\$ 926,9 milhões, crescimento de 54,8% em relação a 31 de dezembro de 2022. Os destaques foram para o valor presente das operações de crédito que atingiram R\$ 597,2 milhões neste exercício, um crescimento de 136,9% em relação ao exercício anterior. Em contrapartida, as operações de arrendamento mercantil, com valor presente de R\$ 163,0 milhões, apresentaram redução de 23,5%, na mesma base de comparação. Outros destaques foram as Disponibilidades que atingiram R\$ 26,2 milhões, dos quais R\$ 20,0 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 85,2 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), R\$ 43,6 milhões em Créditos Tributários e demais ativos que totalizaram R\$ 11,7 milhões.

A captação de recursos destinados às operações de crédito e arrendamento mercantil totalizavam R\$ 683,8 milhões, um crescimento de 64,7% frente à 31 de dezembro de 2022, sendo R\$ 639,9 milhões através de Depósitos a Prazo, com crescimento de 109,4%, enquanto que as Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), cujo montante foi R\$ 37,8 milhões, apresentaram redução de 58,5% no mesmo período de comparação.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 171,2 milhões em 31 de dezembro de 2023, com índice de Basileia de 17,5% (31 de dezembro de 2022 – 22,6%).

O resultado do exercício contábil foi de R\$ 1,9 milhão.

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 25 de março de 2024.

A DIRETORIA

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31 de	31 de	PASSIVO	Nota	31 de	31 de
		dezembro de	dezembro de			dezembro de	dezembro de
		2023	2022			2023	2022
Disponibilidades	4	26.161	40.614	Depositos e Demais Instrumentos Financeiros		683.779	415.265
Títulos e Valores Mobiliários	5a	85.153	54.338	- Depósitos Interfinanceiros	10a	-	12.246
Títulos e Valores Mobiliários		85.153	54.338	- Depósitos a Prazo	10b	639.887	305.534
Operações de Crédito	6a	597.240	252.119	- Outros Depósitos	10c	6.116	6.548
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	(15.615)	(3.296)	- Letras de Arrendamento Mercantil	10d e e	37.776	90.937
- Operações de Crédito		(15.615)	(3.296)	Obrigações Fiscais Diferidas	20b	35.569	41.609
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	163.036	213.140	Outros Passivos	12	36.334	23.139
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	(3.705)	(13.517)	Patrimônio Líquido		171.221	118.648
- Operações de Arrendamento Mercantil		(3.705)	(13.517)	Capital Social	13a	165.000	110.000
Créditos Tributários	20b	43.566	41.080	Reservas de Lucros	13b	6.221	8.648
Imobilizado de uso	7	302	193				
Depreciações Acumuladas	7	(158)	(122)				
Intangível	8	7.868	3.549				
Amortizações Acumuladas	8	(1.776)	(577)				
Outros Ativos	9	24.831	11.140				
TOTAL DO ATIVO		926.903	598.661	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		926.903	598.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CRÉDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º	Exercícios Findos	
		Semestre	em 31 de dezembro	
		2023	2023	2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		123.047	243.677	248.259
Rendas de operações de créditos		51.359	84.273	15.239
Operações de arrendamento mercantil	6i	66.178	147.477	225.519
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	5.510	11.927	7.501
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(84.087)	(174.209)	(201.698)
Operações de captação no mercado	10	(36.433)	(66.480)	(30.893)
Operações de arrendamento mercantil	6i	(47.654)	(107.729)	(170.805)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		38.960	69.468	46.561
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(4.591)	(16.307)	(13.080)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	6f	(4.591)	(16.307)	(13.080)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(27.350)	(50.219)	(39.900)
Receitas de prestação de serviços	14	3.750	6.625	3.510
Despesas de pessoal	15	(8.468)	(16.349)	(13.090)
Outras despesas administrativas	16	(20.432)	(36.259)	(27.664)
Despesas tributárias	17	(3.277)	(6.369)	(5.735)
Outras receitas operacionais	18	3.105	6.548	5.172
Outras despesas operacionais	19	(2.028)	(4.415)	(2.093)
RESULTADO OPERACIONAL		7.019	2.942	(6.419)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(699)	(1.895)	(1.354)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		6.320	1.047	(7.773)
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		3.311	850	1.331
Imposto de renda e Contribuição social	20a	3.311	850	1.581
Participação sobre o resultado	15	-	-	(250)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO		9.631	1.897	(6.442)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$		0,06	0,01	(0,13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	2º	Exercícios Findos	
	Semestre	em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
(Prejuízo) Lucro do Período	9.631	1.897	(6.442)
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-
(Prejuízo) Lucro do Período	9.631	1.897	(6.442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	110.000	762	152	-	110.914
Lucro Líquido	-	-	-	9.631	9.631
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central 20/10/2023	20.000	-	-	-	20.000
Aumento de capital	35.000	-	-	-	35.000
Destinação					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.324)	(4.324)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	165.000	762	152	5.307	171.221
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	110.000	762	7.886	-	118.648
Lucro Líquido	-	-	-	1.897	1.897
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central 20/10/2023	20.000	-	-	-	20.000
Aumento de Capital	35.000	-	-	-	35.000
Destinação					
Reservas	-	95	1.802	(1.897)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.324)	(4.324)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	165.000	857	9.688	(4.324)	171.221
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	50.000	762	14.328	-	65.090
Lucro Líquido	-	-	-	(6.442)	(6.442)
Aumento de Capital	60.000	-	-	-	60.000
Destinação					
Absorção de prejuízos acumulados com Reservas	-	-	(6.442)	6.442	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	110.000	762	7.886	-	118.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais -R\$)

	Nota	2º	Exercícios Findos	
		Semestre	em 31 de dezembro	
		2023	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro		6.320	1.047	(7.773)
Ajustes ao Resultado		89.687	190.596	168.413
Depreciações amortização de bens arrendados, Líquido da superveniência	6j	47.999	106.619	124.087
Amortizações	19	703	1.236	291
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		(39)	(46)	62
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	4.591	16.307	13.080
Despesas de operações de captação no mercado	10	36.433	66.480	30.893
Variações de Ativos e Obrigações		(113.669)	(192.243)	(85.750)
Varição em títulos e valores mobiliários		(27.222)	(30.769)	(31.543)
Varição de operações de crédito		(203.543)	(358.921)	(252.119)
Varição em operações de arrendamento mercantil		(27.955)	(11.904)	(60.295)
Varição de outras obrigações		2.875	(29.550)	(27.810)
Varição em depósitos		159.509	262.367	298.712
Varição em outros créditos		(7.107)	(11.069)	(5.696)
Varição em outros valores e bens		(453)	(2.624)	(5.464)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(9.773)	(9.773)	(1.535)
Caixa Líquido Proveniente Nas Atividades Operacionais		(17.662)	(600)	74.890
Aquisição imobilizado de uso e intangível		(1.635)	(4.428)	(2.634)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(1.635)	(4.428)	(2.634)
Aumento de Capital Social		55.000	55.000	60.000
Juros sobre o capital próprio		(4.324)	(4.324)	-
Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos		(32.883)	(60.101)	(96.163)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		17.793	(9.425)	(36.163)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(1.504)	(14.453)	36.093
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		27.665	40.614	4.521
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	26.161	26.161	40.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado e está autorizado a operar como banco múltiplo que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), advindas da Resolução CMN nº 4818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09. Seguindo as referidas normas, em especial a Resolução no. 4818/20, a Companhia optou por apresentar os ativos e passivos por ordem de liquidez e a segregação entre Circulante e Não Circulante está apresentada nas notas explicativas (nota 22 g).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Instrumentos Financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificados nesta categoria.

e) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil

As operações de crédito são registradas a valor presente calculado “pro-rata-dia” com base na taxa de juros contratual, até 59 dias de atraso (nota 6a)

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b)

Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b);

De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº. 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos.

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil

A provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, das operações de crédito e de arrendamento mercantil é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas.

A provisão para perdas esperadas é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito.

g) Imobilizado de uso e de arrendamento

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

ii) Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%.

Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6b, 6h).

iii) Perdas em arrendamento

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6b).

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

i) Outros Ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício.

Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência.

Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros,

Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário.

A composição dos outros ativos encontra-se na (nota 9).

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

De acordo com a Resolução CMN n° 4.924/21, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*.

l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i) Depósitos interfinanceiros e a prazo

São captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras

ii) Outros depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos.

iii) Letras de Arrendamento Mercantil

Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n° 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

i - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo.

Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

n) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base “*pro rata*” dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base “*pro rata*” dia.

o) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

q) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.

4. DISPONIBILIDADES

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades em moeda nacional	6.151	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	20.010	40.614
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (a) (b) (c)	20.010	40.614
Total de caixa e equivalentes de caixa	26.161	40.614

- (a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Financeiras do Tesouro – LFT; e
- (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI;
- (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Carteira própria	85.153	46.601
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	70.657	46.601
Depósito voluntário Banco Central (b)	14.496	-
Vinculados a prestação de garantias (c) (d)	-	7.737
Letras financeiras do tesouro – LFT (c) (d)	-	7.737
Total	85.153	54.338

(a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2028, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic;

(b) Depósitos voluntários junto ao BACEN, remuneradas a uma taxa 100% Selic;

(c) Conforme Resolução BCB nº 80/2021, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos e valores recebidos pela instituição para crédito de cartões pré-pagos (vide nota 10a), todavia a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN, após o vencimento do título, os recursos foram alocados exclusivamente em espécie no Banco Central, conforme determina o artigo 23 da Resolução nº 80/2021.

(d) Vencimento do papel para 1º. de setembro de 2023, remunerada a uma taxa de 100% da Selic;

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Valor de custo	70.674	54.401
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(17)	(63)
Valor Contábil	70.657	54.338

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	1.310	4.173	3.779
Rendas de títulos de renda fixa	4.200	7.754	3.722
Total	5.510	11.927	7.501

(1) Vide nota 4.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de financiamento

	31/12/2023	31/12/2022
Financiamento de veículos	595.915	250.077
Capital de Giro	1.325	2.042
Valor presente das operações de crédito	597.240	252.119

b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos a receber – setor privado	189.876	261.706
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(186.202)	(257.039)
Imobilizado de arrendamento (nota 6h)	356.563	466.180
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(95.555)	(111.713)
- Depreciações acumuladas (nota 6h)	(237.664)	(278.064)
- Superveniência de depreciação (nota 6h)	142.109	166.351
(-) Valor residual garantido antecipado	(102.691)	(147.302)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6h)	1.045	1.308
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	163.036	213.140

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Composição da carteira por nível de risco

R\$ mil

Nível de Risco	Saldo da carteira					Total	%
	Curso anormal			Curso normal	Total		
	Vencidas	Vincendas	anormal				
AA.....	-	-	-	177.051	177.051	23,4	
A.....	-	-	-	407.213	407.213	53,6	
B.....	1.187	14.761	15.948	84.602	100.550	13,2	
C.....	2.101	24.775	26.876	20.258	47.134	6,2	
Subtotal.....	3.288	39.536	42.824	689.124	731.948	96,4	
D.....	893	7.550	8.443	787	9.230	1,2	
E.....	826	3.943	4.769	21	4.790	0,5	
F.....	541	2.265	2.806	-	2.806	0,4	
G.....	504	2.098	2.602	211	2.813	0,4	
H.....	2.097	4.072	6.169	2.520	8.689	1,1	
Subtotal.....	4.861	19.928	24.789	3.539	28.328	3,6	
Total Geral em 31/12/2023	8.149	59.464	67.613	692.663	760.276	100,0	
%.....	1,1	7,8	8,9	91,1	100,0		
Total Geral em 31/12/2022	6.775	40.035	46.810	418.449	465.259	100,0	
%.....	1,5	8,6	10,1	89,9	100,0		

Nível de Risco	Provisão										
	% Mínimo de Provisionamento requerido	Mínima requerida					Total em 31/12/2023		Total em 31/12/2022		%
		Específica			Genérica	Total	%	%			
AA.....	-	-	-	-					443	443	443
A.....	0,5	-	-	-	2.036	2.036	2.036	10,5	1.610	9,6	
B.....	1,0	12	148	160	846	1.006	1.006	5,2	789	4,7	
C.....	3,0	63	743	806	608	1.414	1.414	7,3	1.086	6,5	
Subtotal.....		75	891	966	3.933	4.899	4.899	25,5	3.485	20,8	
D.....	10,0	89	755	844	79	923	923	4,8	1.290	7,7	
E.....	30,0	248	1.183	1.431	6	1.437	1.437	7,4	542	3,2	
F.....	50,0	271	1.133	1.403	-	1.403	1.403	7,3	839	5,0	
G.....	70,0	353	1.469	1.821	148	1.969	1.969	10,2	2.685	16,0	
H.....	100,0	2.097	4.072	6.169	2.520	8.689	8.689	44,9	7.972	47,3	
Subtotal.....		3.057	8.611	11.668	2.753	14.421	14.421	74,5	13.328	79,2	
Total Geral em 31/12/2023		3.132	9.502	12.634	6.685	19.320	19.320	100,0	16.813	100,0	
%.....		16,2	49,2	65,4	34,6	100,0	100,0				
Total Geral em 31/12/2022		3.584	9.668	13.252	3.561	16.813	16.813	100,0			
%.....		21,3	57,5	78,8	21,2	100,0	100,0				

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Composição da carteira por prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos há mais de 14 dias	6.161	5.438
A vencer até 60 dias	60.317	45.224
A vencer de 61 a 90 dias	28.147	19.395
A vencer de 91 a 360 dias	229.097	144.447
A vencer acima de 360 dias	436.554	250.755
Total	760.276	465.259

e) Composição da carteira por setor econômico:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	432.098	56,8	265.779	57,1
Serviços	396.340	52,1	193.079	41,5
Transportes terrestres	226.906	29,8	133.994	28,8
Alugueis não imobiliários	93.963	12,4	21.289	4,6
Serviços da construção	36.347	4,8	22.711	4,9
Armazenamento e atividades auxiliares	39	0,0	6.899	1,5
Demais serviços	39.085	5,1	8.186	1,7
Indústria	11.679	1,5	29.487	6,3
Fabricação de produtos alimentícios	4.388	0,6	8.774	1,9
Fabricação de produtos de metal	1.107	0,1	1.483	0,3
Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-	-	615	0,1
Fabricação de prod. De borrachas e de mat. Plásticos	284	-	3.145	0,7
Fabricação de móveis	410	0,1	232	0,1
Extração de minerais não-metálicos	1.556	0,2	2.976	0,6
Demais Indústria	3.934	0,5	12.262	2,6
Comércio	22.435	3,0	40.483	8,7
Comércio atacadista	9.814	1,3	14.368	3,1
Comércio varejista	12.314	1,6	18.644	4,0
Comércio de veículos	307	0,1	7.471	1,6
Outros	1.644	0,2	2.730	0,6
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	1.644	0,2	2.730	0,6
Pessoa física	328.178	43,2	199.480	42,9
Total	760.276	100,0	465.259	100,0

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	16.813	10.469
Constituição da provisão	16.307	13.080
Baixa para prejuízo	(13.800)	(6.736)
Saldo no final do período	19.320	16.813

g) Recuperação e renegociação de créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve recuperação de crédito no montante de R\$ 4.345 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 3.627).

h) Imobilizado de Arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
Veículos e Afins	338.331	447.327
Máquinas e Equipamentos	18.232	18.853
Depreciação Acumulada	(237.664)	(278.064)
Superveniência de Depreciação	142.109	166.351
Perdas em Arrendamento	1.045	1.308
Total do imobilizado de arrendamento	262.053	355.775

i) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas			
Rendas de arrendamento mercantil	66.523	146.368	178.802
(Insuficiência)/ Superveniência de depreciação	(345)	1.109	46.717
Total da receita	66.178	147.477	225.519
Despesas			
Depreciação de bens arrendados	(47.654)	(107.729)	(170.805)
Total da despesa	(47.654)	(107.729)	(170.805)
Total	18.524	39.748	54.714

j) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	355.775	420.181
Entradas	78.848	138.889
Baixas	(65.950)	(79.207)
Depreciação no período (nota 6i)	(107.729)	(170.805)
Superveniência de Depreciação no período (nota 6i)	1.109	46.717
Saldo no final do período	262.053	355.775

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	83	(42)	41
Equipamentos de processamento de dados	20%	219	(116)	103
Total em 31/12/2023		302	(158)	144
Total em 31/12/2022		193	(122)	71

8) INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	7.868	(1.776)	6.092
Total em 31/12/2023		7.868	(1.776)	6.092
Total em 31/12/2022		3.549	(577)	2.972

9) OUTROS ATIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a compensar	10.461	1.641
Devedores diversos	5.164	2.754
Outros valores e bens	8.995	6.372
Outros	211	373
Total	24.831	11.140

10) DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos Interfinanceiros

Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
01 a 30 dias	-	4.082
31 a 180 dias	-	8.164
Subtotal	-	12.246

As despesas com captação de depósitos interfinanceiros – CDI, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 montou a R\$ 1.636 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 958).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Depósitos a prazo

Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
01 a 30 dias	76.627	36.942
31 a 180 dias	161.327	128.571
181 a 360 dias	229.024	114.751
Acima de 360 dias	172.909	25.270
Subtotal	639.887	305.534

As despesas com captação de certificado de depósitos bancários – CDB, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 montou a R\$ 57.904 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 18.053).

c) Outros depósitos

Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	31/12/2023	31/12/2022
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.116	6.548
Total	6.116	6.548

d) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
01 a 30 dias	3.919	2.999
31 a 180 dias	16.795	23.311
181 a 360 dias	15.877	30.420
Acima de 360 dias	906	33.363
Subtotal	37.497	90.093

e) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Res. BACEN 2921/2002)

Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
31 a 180 dias	279	309
181 a 360 dias	-	281
Acima de 360 dias	-	254
Subtotal	279	844
Total	37.776	90.937

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 montou a R\$ 6.940 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 11.882).

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Em 31 de dezembro				
Operações ativas vinculadas	2023	2022	2023	2022
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações de arrendamento mercantil	1.397	1.830	816	787
Obrigações por conta das operações ativas				
Letras de arrendamento mercantil	(279)	(844)	(56)	(70)
Resultado Líquido das operações Vinculadas	1.118	986	760	717

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia.
- **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável.
- **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como “ré”. As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam em 31 de dezembro de 2023 R\$ (1.533), em 31 de dezembro de 2022 no montante total de R\$ (930).

12) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio	3.675	-
Fiscais e previdenciárias	10.745	3.015
Provisão para pagamento a efetuar	7.174	7.113
Credores diversos	12.109	12.852
Outros	2.631	159
Total	36.334	23.139

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 R\$ 130.000, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2023 foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 35.000 (homologado pelo Banco Central em 18 de janeiro de 2024), perfazendo o capital social no montante de R\$ 165.000 e em 31

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

de dezembro de 2022 é de R\$ 110.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Legal (1)	857	762
Reservas estatutárias (2)	9.688	7.886
Reservas de lucros	10.545	8.648

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado.

Estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado, no exercício de 2023 não foram provisionados dividendos,

c) Juros sobre o capital próprio

Em reunião da Diretoria de 26 de dezembro de 2023, aprovou-se a proposta para pagamento aos acionistas de juros sobre capital relativos ao exercício de 2023, no montante de R\$ 4.324

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas com cartões pré-pagos (1)	4	40	279
Rendas de operações de crédito	3.278	5.746	3.231
Rendas com comissão de seguros	468	839	-
Total	3.750	6.625	3.510

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15) DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Proventos	5.745	11.003	9.326
Encargos sociais	1.921	3.648	2.630
Benefícios	802	1.698	1.134
Participação no Lucro	-	-	250
Total	8.468	16.349	13.340

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Serviços do sistema financeiro	157	345	305
Serviços de terceiros	7.854	13.182	9.948
Honorários da diretoria (21b)	5.265	9.585	8.522
Serviços técnicos especializados	1.214	2.086	2.389
Processamento de dados	3.465	6.247	3.678
Despesas com cobrança contratos	797	1.481	822
Despesas com reembolso partes relacionadas	808	1.589	787
Comunicações	76	162	124
Aluguéis	538	1.034	342
Publicações	44	131	22
Outras	214	417	725
Total	20.432	36.259	27.664

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Cofins	1.825	3.313	2.231
Pis	296	538	362
ISS	1.156	2.518	3.142
Total	3.277	6.369	5.735

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de prejuízo	1.702	4.345	3.627
Outras rendas operacionais	736	1.536	1.317
Reversão de provisão	667	667	228
Total	3.105	6.548	5.172

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Associação de Classe	75	151	112
Desconto concedido	380	693	829
Despesas com Bens recuperados	788	1.602	505
Despesas com provisão Contingência	31	308	25
Depreciação e amortização (1)	703	1.236	291

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Despesas com viagem	20	37	93
Despesas com perdas financiamento	-	323	-
Outras	31	65	238
Total	2.028	4.415	2.093

(1) Bens Intangíveis

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	6.320	1.047	(7.773)
▪ Alíquota vigente (nota 3j)	45%	45%	45%
▪ Imposto de renda e Contribuição apurada/ Expectativa de crédito	(2.844)	(471)	3.498
▪ Juros Sobre o Capital Próprio	1.946	1.946	-
▪ Outros efeitos do IRPJ e da CSLL	4.209	(625)	(1.917)
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	3.311	850	1.581

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2022	Constituição	Realização/ Baixa	31/12/2023
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.017	7.572	(3.727)	17.862
Provisão Processos Trabalhistas	73	30	(76)	27
Provisão para publicação	9	-	(9)	-
Outras Adições	-	1.446	-	1.446
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	14.099	9.048	(3.812)	19.335
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2)	26.981	-	(2.750)	24.231
Total Crédito tributário	41.080	9.048	(6.562)	43.566
Obrigações fiscais diferidas (1)	(41.588)		6.061	(35.527)
Obrigações diferidas de MTM	(21)	(41)	20	(42)
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	(529)	9.007	(481)	7.997

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

(2) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 24.231 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 26.981), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Diferenças temporárias		Total 31/12/2023
	Imposto de Renda	Contribuição social	
▪ 2024	2.487	1.989	4.476
▪ 2025	2.512	2.009	4.521
▪ 2026	5.728	4.582	10.310
▪ 2027	-	-	-
▪ 2028	16	12	28
Total dos créditos tributários (2)	10.743	8.592	19.335

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R\$ 15.653 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 10.737).

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2023	2022	2023	2022
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Comissões a Pagar				
Movida Locação de Veículos S.A.	(765)	(617)	(6.850)	(4.684)
Ponto Veículos LTDA	(41)	(29)	(281)	(173)
Original Veículos LTDA	(258)	(49)	(1.052)	(454)
Transrio Caminhões Ônibus LTDA	(439)	(84)	(975)	(1.340)
CS Brasil Transp. Pass. Serv. Amb.	(7)	(2)	(5)	(2)
Vamos Locação de Caminhões Máq.	(569)	(198)	(779)	(735)
Komatsu		-		(21)
Antecipações para Reembolso de Crédito				
• JSL S/A e Controladas	-	(69)	-	-

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Valores a Pagar				
• JSL S/A e Controladas	(15)	(102)	-	(13)
Receita de Prestação de Serviços				
• JSL S/A e Controladas		-		56
Outras Despesas Administrativas				
• SIMPAR S/A e Controladas	(220)	(71)	(2.136)	(787)
Valores a Receber				
• Vamos Locação de Caminhões Máq.	337	-	-	-
• BBC Holding Financeira Ltda	34	-	-	-
• BBC Pagamentos Ltda	51	-	-	-
• Outras Controladas	3	-	-	-
Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil				
• BBC Holding Financeira Ltda	(3.802)	(7.492)	(584)	(1.224)
• SIMPAR S.A.	(1.061)	(20.970)	(480)	(1.942)
• Mogi Passes LTDA.	(32.634)	(54.171)	(5.355)	(4.226)
• Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos	-	(7.253)	(454)	(442)
• SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução Bacen 2921/2002).	(279)	(843)	(56)	(70)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 9.585 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 8.522).

c) Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia.

A Resolução Bacen nº 4.557/17, dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos e a estrutura de Gerenciamento de Capital, que devem adotar as instituições de forma contínua e

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

de acordo com a compatibilidade do modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos desenvolvidos.

O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gerenciamentos e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento e busca das melhores práticas. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos.

Os processos de gerenciamento de riscos permeiam toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a Administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis pela autoridade monetária no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos, que estão também associados à Gestão e Continuidade dos negócios da Companhia. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Em relação ao Gerenciamento de Capital, destacamos que o Índice de Basileia faz parte dos indicadores que são avaliados nesse processo de Gerenciamento, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular CMN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.bancobbcdigital.com.br> Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos.

b) Gerenciamento de Risco de Crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos.

Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento.

No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência, além da avaliação do impacto na contratação das operações de crédito no Risco Social, ambiental e climático, relacionado às operações analisadas na Companhia.

c) Gerenciamento de Risco de Mercado e do IRRBB

Define-se como Risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais.

A Companhia adota e monitora a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações.

A Análise de Sensibilidade efetuada pela Companhia, é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado da Companhia diante de eventuais cenários.

Abaixo, demonstramos o impacto nas posições da Companhia para 31/12/2023 e 31/12/2022, sendo aplicado 3 cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de sensibilidade – Carteira Bancária

		31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
Carteira com taxa de juros em reais		Cenário 1 +0,25%	Cenário 2 +0,50%	Cenário 3 +0,75%	Cenário 4 +1,00%	Cenário 1 +0,25%	Cenário 2 +0,50%	Cenário 3 +0,75%	Cenário 4 +1,00%
Ativo	Leasing financeiro	(513)	(1.024)	(1.530)	(2.033)	(650)	(1.296)	(1.938)	(2.575)
	Operações de Crédito	(2.548)	(5.076)	(7.585)	(10.074)	(1.059)	(2.109)	(3.151)	(4.184)
	Total do Ativo	(3.061)	(6.100)	(9.115)	(12.107)	(1.709)	(3.405)	(5.089)	(6.759)
Passivo	Letras de Arrendamento Mercantil	61	121	182	242	185	366	548	729
	Depósitos à Prazo	1.072	2.138	3.199	4.255	254	507	759	1.010
	Total do Passivo	1.133	2.259	3.381	4.497	439	873	1.307	1.739
Total:		(1.928)	(3.841)	(5.784)	(7.610)	(1.270)	(2.532)	(3.782)	(5.020)

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas.

d) Gerenciamento do Risco Operacional

Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

As perdas operacionais devem ter seus valores identificáveis associados aos eventos de cada risco operacional.

A estrutura estabelecida para o Gerenciamento de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

e) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Define-se o Risco de Liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em

perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gerenciamento de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

f) Gerenciamento de Capital

Define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital da Companhia, para adequar ao volume das operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes:

- Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado;
- Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento;
- Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores;
- Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Diretoria de Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos; e
- O Índice de Basileia apurado em dezembro de 2023 foi de 17,5% (31 de dezembro de 2022 – 22,6%), demonstrando a suficiência de capital da Companhia, que visa suportar o incremento na realização de novas operações de crédito Direto ao Consumidor e Arrendamento Mercantil, bem como, na emissão de moeda eletrônica de pagamento na modalidade pré-pago.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	26.161	-	-	-	-	26.161
Títulos e Valores Mobiliários	85.153	-	-	-	-	85.153
Títulos e Valores Mobiliários	85.153	-	-	-	-	85.153
Operações de créditos	23.226	105.119	109.824	359.071	-	597.240
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(607)	(2.748)	(2.872)	(9.388)	-	(15.615)
- Operações de Créditos	(607)	(2.748)	(2.872)	(9.388)	-	(15.615)
Operações de Arrendamento Mercantil	10.694	38.010	36.697	77.635	-	163.036
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(243)	(864)	(834)	(1.764)	-	(3.705)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(243)	(864)	(834)	(1.764)	-	(3.705)
Créditos Tributários	321	2.078	2.077	39.090	-	43.566
Imobilizado de uso	-	-	-	-	144	144
Intangível	-	-	-	-	6.092	6.092
Outros Ativos	10.887	6.632	7.312	-	-	24.831
Total em 31 de dezembro de 2023	155.592	148.227	152.204	464.644	-	926.903
Total em 31 de dezembro de 2022	118.488	97.092	91.828	288.210	3.043	598.661
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	86.662	178.401	244.901	173.815	-	683.779
- Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-
- Depósitos a Prazo	76.627	161.327	229.024	172.909	-	639.887
- Outros Depósitos	6.116	-	-	-	-	6.116
- Letras de Arrendamento Mercantil	3.919	17.074	15.877	906	-	37.776
Obrigações Fiscais Diferidas	-	-	-	35.569	-	35.569
Outros Passivos	30.015	6.319	-	-	-	36.334
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	171.221	171.221
Capital Social	-	-	-	-	165.000	165.000
Reservas de Lucros	-	-	-	-	6.221	6.221
Total em 31 de dezembro de 2023	116.677	184.720	244.901	209.384	171.221	926.903
Total em 31 de dezembro de 2022	54.724	179.341	145.452	100.496	118.648	598.661

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultado recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2023 foi de R\$ 1.897 e de 2022 no montante de R\$ (6.442) ambos sendo resultados recorrentes. Nos exercícios não ocorreram resultados não recorrentes.

b) Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*.

c) No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 31 de dezembro de 2023, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº. 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- Resolução nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº. 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº. 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
 - Resolução nº. 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23)
 - Resolução nº. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1);
 - Resolução nº. 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1).
 - Resolução nº. 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1);
 - Resolução nº. 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e
 - Resolução nº. 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46),
 - Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41)
 - Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
 - Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47)
- d) Em atendimento à Resolução 4.966, a Companhia elaborou um plano para sua implementação, que foi aprovado em ata de reunião da diretoria realizada em 27 de dezembro de 2022. O plano de implementação do Banco Brasileiro de Crédito S.A. está segregado em três pilares: (i) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; (ii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis; e (iii) Governança e cronograma do plano de implementação: A implementação será faseada ao longo de 2023 até o final do exercício de 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total.

24) EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/02/2024, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 85.000, que está aguardando homologação do Banco Central do Brasil.
- b) Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente. Confirmamos que não foi identificada na Companhia exposição em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2023 ou em exercícios anteriores.